

DESAFIOS DOS PROCESSOS EDUCATIVOS EM NUTRIÇÃO NA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE

CHALLENGES OF EDUCATIONAL PROCESSES IN NUTRITION IN PRIMARY HEALTH CARE

Renan Soares Araújo*
Ana Claudia Cavalcanti Peixoto de Vasconcelos**
Pedro José Santos Carneiro Cruz***

RESUMO: O presente artigo objetiva apresentar e discutir os desafios dos processos educativos em alimentação e nutrição no âmbito da Atenção Primária à Saúde (APS), tendo como base de sua análise, as publicações institucionais do Governo Federal brasileiro. Para tanto, efetuou-se uma pesquisa documental, com enfoque qualitativo, do tipo exploratória e descritiva. Constituíram como fontes documentais, as publicações sobre alimentação e nutrição promulgadas de 2006 a 2016 – período marcado pela expansão e fortalecimento das políticas públicas de saúde e nutrição, com centralidade para o combate à fome e à miséria, e para a promoção da alimentação saudável. Como resultado, elencou-se três desafios para os processos educativos em alimentação e nutrição na APS: i) desenvolver a concepção de Promoção da Saúde no contexto dos processos educativos em alimentação e nutrição; ii) a construção de práticas de educação alimentar e nutricional com perspectiva pedagógica crítica, ênfase intersetorial e abordagem interdisciplinar e; iii) constituir abordagens de formação profissional coerentes com um olhar ampliado sobre a alimentação, a nutrição e suas interfaces sociais. Ademais, sublinhou-se alguns referenciais significativos em apoio à implementação de ações nesse horizonte. Finalmente, evidencia-se a APS como espaço promissor no enfrentamento do contexto de saúde contemporâneo, baseando-se em teorias pedagógicas críticas, dialógicas e problematizadoras, com vistas à promoção da alimentação adequada e saudável. Para além do papel do nutricionista, se sobressai a necessidade de engajamento de outros profissionais na constituição de processos interdisciplinares e intersetoriais, alinhando-se com o atual debate sobre Promoção da Saúde e Segurança Alimentar e Nutricional.

Palavras-chave: Educação Alimentar e Nutricional; Atenção Primária à Saúde; Saúde Pública; Promoção da Saúde; Segurança Alimentar e Nutricional.

ABSTRACT: This article aims to present and discuss the challenges of educational processes in food and nutrition within the scope of Primary Health Care (PHC), based

* Mestrando em Educação pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Graduado em Nutrição pela UFPB. Contato: rsdahc@hotmail.com

** Doutorado em Saúde Pública pela Fundação Oswaldo Cruz. Docente da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Contato: anacpeixoto@uol.com.br

*** Doutorado em Educação pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Docente da UFPB. Contato: pedrojosecruzpb@yahoo.com.br

on the analysis of the institutional publications of the Federal Government. Methodologically, was development a documentary research, with a qualitative approach, of an exploratory and descriptive type. Were constituted as documentary sources the publications on food and nutrition promulgated from 2006 to 2016 – due to the expansion and strengthening of public health and nutrition policies, with a focus on combating hunger, poverty and promoting healthy diet. As a result, three challenges were identified for the educational processes in food and nutrition in PHC: i) to develop the concept of Health Promotion in the context of educational processes in food and nutrition; ii) the construction of food and nutrition education practices with a critical pedagogical perspective, intersectoral emphasis and interdisciplinary approach; iii) to constitute professional training approaches that are coherent with a broader perspective on food, nutrition and their social interfaces. In addition, some significant references were highlighted in support of the implementation of actions within this horizon. Finally, PHC is highlighted as a promising space in facing the contemporary health context, based on critical, dialogical and problematizing pedagogical theories, with a view to promoting healthy diet. For more, the need to engage other professionals in the establishment of interdisciplinary and intersectoral processes is highlighted, in line with the current debate on Health Promotion and Food and Nutritional Security.

Keywords: Food and Nutritional Education; Primary Health Care; Public Health; Health Promotion; Food and Nutrition Security.

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, o Brasil vem experimentando impactantes mudanças no padrão de saúde e no consumo alimentar da população, como resultado, dentre outros fatores, da constituição de novos contornos, objetivos e estratégias no âmbito das políticas sociais públicas brasileiras, dentre as quais destacaram-se: o combate à pobreza, o aumento da renda da população, a melhoria do acesso à serviços tanto de saúde como de educação e de assistência social (JAIME et al., 2018; SANTOS et al., 2018; BRASIL, 2018). Tal contexto influenciou significativamente na maneira como os brasileiros vivem, adoecem e morrem, impactando assim positivamente a saúde no Brasil (JAIME et al., 2018).

Está em curso um processo de transição nutricional significativamente complexo, composto por um conjunto dinâmico e multifacetado de mudanças nos padrões demográfico, socioeconômico, ambiental, agrícola e de saúde. Como destacado por Jaime et al. (2018), em tal evento estão envolvidos fatores tais como urbanização, crescimento econômico, distribuição de renda,

incorporação de tecnologias e mudanças culturais. Ainda, mudanças nos sistemas alimentares, seus processos de produção, transformação, distribuição, marketing e consumo de alimentos. Nesse contexto, observa-se, dentre outros elementos, um aumento da prevalência do excesso de peso em todos os grupos sociais e a diminuição dos contextos de fome e de miséria, acompanhada de uma queda nas taxas médias de desnutrição, particularmente com uma diminuição significativa na desnutrição infantil (MAGALHÃES et al., 2016; BRASIL, 2018).

Essa transição – e suas nuances sociais, políticas e epidemiológicas – tem mobilizado o poder público para a necessidade da implementação de políticas direcionadas à superação de problemas alusivos à alimentação e nutrição (BRASIL, 2015a; 2018), dentre os quais a desnutrição, as carências específicas de micronutrientes, a obesidade, além das Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNT), vêm destacando-se entre os agravos na população (BRASIL, 2015a; CAISAN, 2016a; BLOCH et al., 2016; SUZART; FERREIRA, 2018).

No contexto brasileiro, Jaime et al. (2018) evidenciam a atualização da agenda de alimentação e nutrição no Sistema Único de Saúde (SUS), sobretudo no período de 2003 à 2016, com o fomento às políticas, planos, estratégias e diversas ações voltadas à atenção integral à saúde. Importa ressaltar que esse período corresponde aos governos do presidente Lula da Silva e da presidenta Dilma Roussef.

Tais esforços convergem com o conjunto de compromissos estabelecidos na Declaração de Roma para os países-membros da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), como a erradicação da fome e a prevenção de todas as formas de má nutrição. Dentre as diversas iniciativas voltadas à prevenção, destacam-se a reversão das tendências de crescimento do sobrepeso e obesidade; e a promoção de sistemas alimentares sustentáveis, apoiados em políticas públicas que incluam desde a produção até o consumo dos alimentos. Esse documento sublinha ainda a necessidade de alinhar a temática da nutrição às estratégias nacionais, com o fortalecimento das capacidades humanas e institucionais, além do

desenvolvimento de políticas, programas e iniciativas que assegurem uma alimentação saudável ao longo da vida e a criação de ambientes propícios para escolhas alimentares baseadas em práticas saudáveis (FAO; WHO, 2014).

Em que pese o incremento nas políticas sociais do país no período supracitado, persistem graves situações de exclusão social e de processos culturais, econômicos e sociais de negação de direitos estruturantes, os quais ainda limitam expressivamente as possibilidades para uma alimentação adequada e saudável (SANTOS et al., 2018), especialmente no que se refere à sua qualidade (BRASIL, 2018).

Nesse cenário, os processos educativos em alimentação e nutrição, com vistas à promoção da alimentação adequada e saudável, assumem uma posição importante – compreendendo o papel estratégico que essas abordagens têm na dimensão de promoção, prevenção e tratamento em saúde, no qual a Atenção Primária à Saúde (APS) tem centralidade. Diante do exposto, o presente artigo pretende apresentar e discutir os desafios dos processos educativos em alimentação e nutrição no âmbito da APS, conforme expressados pela análise de publicações institucionais da esfera federal à luz do debate da Promoção da Saúde e da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN).

METODOLOGIA

Trata-se de uma investigação com enfoque qualitativo (MINAYO, 2010), mediante a realização de uma pesquisa documental (MARCONI; LAKATOS, 2003) do tipo exploratória e descritiva (GIL, 2002), tendo como objeto de análise os desafios dos processos educativos em alimentação e nutrição na APS. Segundo Minayo (2010), a abordagem qualitativa distingue-se por permitir a apreensão dos processos sociais, das relações, das crenças, das representações, dos valores e das percepções de sujeitos e grupos, incluindo como parte desse movimento a interpretação das próprias pessoas sobre aquilo que elas vivenciam e pensam. Podendo essa abordagem também ser utilizada na análise de documentos e de discursos.

A pesquisa documental tem como base a imersão em documentos elaborados de modo não científico, mas com fins normativos ou até legais, sendo essas caracterizadas como fontes primárias, que podem possuir caráter contemporâneo ou mesmo retrospectivo (MARCONI; LAKATOS, 2003). Por sua vez, as pesquisas do tipo exploratórias, possibilitam ao pesquisador a obtenção de proximidade e a consecução de maior domínio sobre o seu objeto de estudo, viabilizando o incremento de ideias ou de possíveis hipóteses. Já as investigações descritivas, apresentam em seu intuito a perspectiva de descrever as características de um dado objeto ou o delineamento de possíveis relações entre determinados elementos, propiciando, também, a constituição de outra percepção sobre o fenômeno em questão (GIL, 2002).

No presente estudo, constituíram como fontes documentais as publicações de políticas públicas brasileiras sobre alimentação e nutrição no âmbito do Governo Federal, que foram publicadas de 2006 até 2016. O processo de levantamento e coleta do material foi iniciado no período de agosto de 2016 e finalizou em maio de 2017. Vale salientar que esta pesquisa é resultante de um processo de estudo, revisão e fundamentação teórica desenvolvido pelos seus autores em razão das experiências vivenciadas na articulação da discussão sobre Promoção da Saúde e SAN, tendo o referencial da Educação Popular como pressuposto orientador de suas ações no campo do ensino, da pesquisa e da extensão.

Foram consultados documentos oficiais, incluindo-se políticas nacionais, portarias, marcos de referências, cadernos de textos, entre outros, publicados nos sítios eletrônicos do Portal da Saúde (que pode ser acessado pelo site: <http://portalms.saude.gov.br/>) e da Rede de Alimentação e Nutrição do SUS (disponível no endereço: http://ecos-redenutri.bvs.br/tiki-view_articles.php).

O recorte temporal entre 2006 e 2016, justifica-se pela expansão e pelo fortalecimento das políticas públicas de alimentação e nutrição ocorrido nas gestões presidenciais dos governos de Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Vana Rousseff. Nas quais inicialmente ganhou centralidade o discurso de combate à fome e à miséria, e em seguida recebeu maior atenção a perspectiva de garantia da alimentação adequada e saudável. O que pode ser constatado pelo

incremento significativo das ações e das publicações do âmbito federal, sobretudo por meio do Ministério da Saúde, do Ministério do Desenvolvimento Social e pela Câmara Interministerial de SAN (CAISAN), em parceria com diferentes setores sociais.

Consistiram de critérios de inclusão dos materiais utilizados no estudo: a) a presença do termo “alimentação” e/ou “nutrição” – ou seus cognatos (alimentar, nutricional, entre outros) – no título; b) a presença no texto de menção a um dos termos – “educação”, “formação”, “prática educativa”, “processo educativo”, “educação em saúde”, “educação alimentar e nutricional”, “ação educativa” e/ou “atividade educativa”; c) a presença no texto de menção a um dos termos – “Atenção Básica” e/ou “Atenção Primária à Saúde”; finalmente, d) a abordagem de temas, questões e recomendações em torno da promoção da alimentação adequada e saudável.

Para a análise dos materiais selecionados, foram adotados os seguintes procedimentos: 1) realizou-se uma leitura exploratória, objetivando identificar em que medida as obras consultadas interessavam ao estudo; 2) efetuou-se uma segunda leitura, no sentido de selecionar as publicações incluídas na pesquisa; 3) leitura analítica dos materiais selecionados, com a ordenação das informações obtidas por meio das fontes. Nesse sentido, chegou-se a um total de 18 materiais selecionados para serem analisados, os quais estão especificados no Quadro 1.

Para sistematização das informações coletadas, organizou-se quadro, destacando para cada publicação: a) finalidade; b) escopo; c) enunciados, recomendações e afirmações significativas no que tange aos processos educativos em alimentação e nutrição na APS; d) considerações acerca da relação da educação e dos processos educativos com a promoção da alimentação adequada e saudável.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir da análise desses materiais, chegou-se a três eixos centrais acerca dos desafios dos processos educativos em alimentação e nutrição na

APS: i) desenvolver a concepção de promoção da saúde no contexto dos processos educativos em alimentação e nutrição na APS; ii) a construção de práticas de Educação Alimentar e Nutricional (EAN) com perspectiva pedagógica crítica, ênfase intersetorial e abordagem interdisciplinar e; iii) constituir abordagens de formação profissional coerentes com um olhar ampliado sobre a alimentação, a nutrição e suas interfaces sociais.

Finalmente, chamou atenção, na análise do material empírico, que no conjunto de documentos consultados, existia uma série significativa de materiais que constituíam referenciais pertinentes para que os desafios levantados fossem enfrentados e assim os processos educativos em alimentação e nutrição na APS pudessem estar direcionados para um caminho que leve culminasse com o seu aprimoramento e consolidação. Diante disso, optou-se por incluir nos resultados uma apresentação e contextualização das publicações que foram avaliadas coerentes com esse sentido.

Quadro 1 – Publicações analisadas

Título	Autoria	Ano
Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências	Presidência da República	2006
Guia alimentar para a população brasileira: promovendo a alimentação saudável	Ministério da Saúde	2006
Decreto nº 7.272, de 25 de agosto de 2010. Regulamenta a Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, que cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN com vistas a assegurar o direito humano à alimentação adequada, institui a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - PNSAN, estabelece os parâmetros para a elaboração do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, e dá outras providências	Presidência da República	2010
Plano de ações estratégicas para o enfrentamento das doenças crônicas não transmissíveis (DCNT) no Brasil 2011-2022	Ministério da Saúde	2011
Política Nacional de Alimentação e Nutrição	Ministério da Saúde	2012
Marco de referência de educação alimentar e nutricional para as políticas públicas	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	2012
Guia alimentar para a população brasileira	Ministério da Saúde	2014
Estratégia Intersetorial de Prevenção e Controle da Obesidade: recomendações para estados e municípios	Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional	2014
Política nacional de promoção da saúde: PNPS: revisão da Portaria MS/GM nº 687, de 30 de março de 2006	Ministério da Saúde	2015
Alimentos regionais brasileiros	Ministério da Saúde	2015
Marco de referência da vigilância alimentar e nutricional na	Ministério da Saúde	2015

atenção básica		
Decreto nº 8.553, de 3 de novembro de 2015. Institui o Pacto Nacional para Alimentação Saudável	Presidência da República	2015
Orientações para avaliação de marcadores de consumo alimentar na atenção básica	Ministério da Saúde	2016
Instrutivo: metodologia de trabalho em grupos para ações de alimentação e nutrição na atenção básica	Ministério da Saúde e Universidade Federal de Minas Gerais	2016
Desmistificando dúvidas sobre alimentação e nutrição: material de apoio para profissionais de saúde	Ministério da Saúde e Universidade Federal de Minas Gerais	2016
Na cozinha com as frutas, legumes e verduras	Ministério da Saúde e Universidade Federal de Minas Gerais	2016
Orientações para avaliação de marcadores de consumo alimentar na atenção básica	Ministério da Saúde	2016
Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PLANSAN 2016-2019)	Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional	2016

Fonte: elaboração dos autores.

PRIMEIRO DESAFIO: DESENVOLVER A CONCEPÇÃO DE PROMOÇÃO DA SAÚDE NO CONTEXTO DOS PROCESSOS EDUCATIVOS EM ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO NA APS

A concepção de Promoção da Saúde constitui importante símbolo agregador de um amplo movimento de iniciativas sociais, de práticas profissionais e de ideias voltadas para a afirmação do direito à saúde, para o estabelecimento de uma compreensão ampliada da mesma e para o delineamento de um fazer em saúde crítico, intersetorial e com a participação da comunidade. No Brasil, essa concepção passa a ser semeada e compartilhada no contexto do Movimento pela Reforma Sanitária nos anos de 1970, e segue tendo importância nos anos de 1980 com o Movimento Popular de Saúde, com a 8ª Conferência Nacional de Saúde e com a própria criação do SUS no âmbito da Constituição Federal de 1988. Até os dias de hoje, esse conceito orienta políticas públicas e a constituição de modelos de atenção à saúde no Brasil e em outros países (BUSS, 2000).

Em um processo de cuidado orientado pela Promoção da Saúde, o objetivo não é principalmente a cura da doença, mas a afirmação de condições estruturantes para a constituição da qualidade de vida a partir do protagonismo das pessoas e não apenas por meio da ação do profissional. A Carta de Ottawa sistematiza a definição de promoção da saúde consolidada na I

Conferência Internacional sobre o tema, afirmando-a como o processo de capacitação da comunidade para atuar na melhoria da sua qualidade de vida e saúde, incluindo uma maior participação no controle deste processo (BRASIL, 2002).

Para Buss (2000), a Promoção da Saúde

[...] partindo de uma concepção ampla do processo saúde-doença e de seus determinantes, propõe a articulação de saberes técnicos e populares, e a mobilização de recursos institucionais e comunitários, públicos e privados, para seu enfrentamento e resolução [...] [Inclui ainda] a reafirmação da saúde como direito humano fundamental; que as desigualdades são inaceitáveis; que os governos têm a responsabilidade pela saúde dos cidadãos; e que a população tem o direito de participar das decisões no campo da saúde (BUSS, 2000, p. 165/170).

Na esfera das políticas públicas, a Política Nacional de Promoção da Saúde (PNPS), instituída pela Portaria MS/GM nº 687, de 30 de março de 2006, ratificou o compromisso do Brasil com a ampliação e qualificação de ações de promoção da saúde e evidenciou a relevância de se promover a qualidade de vida e reduzir a vulnerabilidade e riscos à saúde individual e coletiva, com ênfase para a valorização de dimensões relativas aos modos de viver, as condições de trabalho, a habitação, o ambiente, a educação, o lazer, a cultura, a alimentação e o acesso das pessoas aos bens e serviços (BRASIL, 2015b).

No entanto, no âmbito da APS o foco exacerbado na dimensão assistencial é algo que ainda necessita ser superado para que afirme-se a concepção da Promoção da Saúde. Apesar de existirem propostas de reestruturação dos processos de trabalho das equipes, observam-se ainda, em muitos contextos, abordagens preponderantemente centradas na alteração de comportamentos individuais, sob uma ótica normativa e vertical em relação à pessoa cuidada (DANTAS, 2014).

Em alguns casos, mesmo sendo utilizadas atividades em grupo, essas não buscam problematizar a realidade, mas disseminar a adoção acrítica, por parte dos usuários, de comportamentos considerados “saudáveis”, sem a devida problematização com os mesmos sobre os desafios para sua luta pela vida com qualidade. Com o avanço dos anos, tem sido cada vez mais

evidenciada a importância da utilização de estratégias que transcendam a ótica depositária de transferência de conhecimento para a realização de um fazer efetivo nas ações educativas em saúde (DANTAS, 2014).

O conceito de Promoção da Saúde implica o pressuposto de que as iniciativas educativas devam valorizar a autonomia e a singularidade de cada pessoa, de seus grupos e territórios, uma vez que as formas como esses conduzem seus modos de viver, são condicionados e demarcados de acordo com sua inserção em determinado contexto social, econômico, político e cultural (BRASIL, 2015b). Nesse sentido, para viabilizar a promoção da saúde, possibilitando um desenvolvimento pleno dos potenciais humanos, com cidadania e qualidade de vida, a alimentação e nutrição apresentam-se como requisitos básicos (FERREIRA; MAGALHÃES, 2007).

Analisando os documentos estudados, aponta-se que, na PNPS, consta como um tema prioritário, a promoção de ações relativas à alimentação adequada e saudável, no âmbito da Promoção da Saúde e da SAN, de forma a contribuir para a redução da pobreza e inclusão social, garantindo o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) (BRASIL, 2015b). Considerando a Promoção da Saúde como o desenvolvimento de ações para promoção da vida e do bem estar (RESTREPO, 2005).

Observa-se nos documentos que o conceito presente de promoção de práticas alimentares saudáveis perpassa variadas ações e políticas relacionadas à alimentação e nutrição. Tal formulação certamente é fruto dos avanços e interfaces entre as concepções de Promoção da Saúde e da SAN (AMPARO-SANTOS, 2005).

Os documentos apontam uma compreensão de alimentação adequada e saudável que articula-se a concepção de Promoção da Saúde, ou seja, como prática alimentar apropriada do ponto de vista biológico e sociocultural, respeitando as necessidades alimentares de cada etapa da vida e suas especificidades; tendo como referência a cultura alimentar e as dimensões étnico-raciais e de gênero; sendo físico e financeiramente acessível; harmônica em quantidade e qualidade; com apropriada utilização do meio ambiente com base em práticas sustentáveis (BRASIL, 2012a).

No artigo dois da Lei Orgânica de SAN (LOSAN), verifica-se que a alimentação adequada é enfatizada como um direito fundamental do ser humano, inerente à dignidade e indispensável à realização dos direitos consagrados na Constituição Federal, cabendo ao poder público adotar políticas e ações que façam-se necessárias para promover e garantir a SAN da população. Cabe frisar que no artigo quatro, que aborda a abrangência das ações de SAN, consta a promoção da saúde, da nutrição e da alimentação (BRASIL, 2006a). Por sua vez, a Política Nacional de SAN (PNSAN) assinala no seu artigo três a importância de iniciativas que visem fortalecer as ações de alimentação e nutrição em todos os níveis de atenção à saúde, de modo articulado às demais ações de SAN (BRASIL, 2010).

Mas como implementar na prática ações educativas em alimentação e nutrição que sejam pautadas pela concepção de Promoção da Saúde? A Carta de Ottawa propõe cinco campos centrais de ação, os quais podem apontar possibilidades para os referidos processos educativos: a) elaboração e implementação de políticas públicas saudáveis; b) criação de ambientes favoráveis à saúde; c) reforço da ação comunitária; d) desenvolvimento de habilidades pessoais e; e) reorientação do sistema de saúde.

Ao tempo que contemplam de modo substancial quatro desses cinco campos, a análise dos documentos estudados indica uma fragilidade no que tange ao atendimento da dimensão da ação comunitária. No cotidiano dos serviços de APS, como aponta Cruz (2020), é possível construir paulatinamente ações e processos formativos com a comunidade que atendam a esses campos de ação, tendo como prerrogativas, para tanto, a participação dos usuários e o envolvimento multiprofissional e intersetorial.

Cumprе destacar que, para o desenvolvimento da concepção de Promoção da Saúde na EAN, os documentos analisados indicam ser fundamental que compreenda-se a questão alimentar e nutricional como problema não apenas do nutricionista, mas de toda a equipe de saúde. O que assinala a importância de que cada profissional contribua com os seus conhecimentos e as suas habilidades específicas para o enfrentamento de

problemáticas centrais que inviabilizam a garantia e a manutenção de uma alimentação e nutrição adequada e saudável.

Todavia, tais documentos explicitam pouco outra rica possibilidade para uma compreensão ampliada da EAN, a qual consiste no envolvimento do saber popular. Cruz (2015) afirma a centralidade da construção da EAN com os grupos populares, com seus aprendizados acumulados ao longo das gerações e das várias experiências, tendo saídas e alternativas importantes de serem consideradas para a promoção ampla de uma alimentação adequada e saudável no contexto de cada território.

Nessa acepção, outra lacuna dos documentos estudados está em pouco explorar a necessidade, cada vez mais imperativa, de que as equipes de saúde atuantes na APS priorizem, na organização de sua agenda de trabalho, espaços para o desenvolvimento de trabalhos que confluem nas diretrizes acima citadas. Não reduzindo, portanto, sua atuação apenas ao atendimento ambulatorial, mas priorizando outras oportunidades de construção coletiva no âmbito comunitário e dinamizadoras de uma compreensão crítica, ativa e propositiva dos trabalhadores e dos comunitários acerca das determinações sociais do processo saúde-doença e das dimensões que, localmente, dificultam a afirmação da qualidade de vida e a produção de autonomia.

Obras como as de Cruz et al. (2014) apresentam práticas sociais e processos formativos em alimentação e nutrição na APS com impactos no apontamento de experiências, relações e contextos comunitários mais próximos do ideário de promoção da saúde. Envolvendo experiências educativas com grupos comunitários de pessoas idosas, com gestantes, com beneficiários do Programa Bolsa Família (PBF), com agentes comunitários de saúde (ACS), em hortas comunitárias, entre outros. Assim, reforça centralmente a viabilidade de se promover localmente movimentos e práticas que contribuem para o fortalecimento da participação comunitária na produção de saúde e na luta social por condições adequadas e dignas de viver.

Cruz (2015; 2020) afirma que são muitas as experiências de EAN orientadas por perspectivas educacionais críticas, como a Educação Popular, que corroboram fortemente para a afirmação da concepção de Promoção da

Saúde. Dentre elas, destaca a Rede Ideias na Mesa, vinculada à Universidade de Brasília (UNB), que constituiu um espaço virtual de articulação e de compartilhamento de experiências em EAN de todo o país. Segundo Cruz (2020), no ano de 2016, registraram-se nesse portal, 9.365 usuários, com 226 experiências intersetoriais cadastradas, 39 boletins e informativos publicados, três cursos à distância e 8 revistas publicadas (REVISTA IDEIAS NA MESA, 2016).

Por esse ângulo, a esfera da Promoção da Saúde mobiliza um fazer profissional em nutrição necessariamente articulado a diferentes atores e setores sociais (FERREIRA; MAGALHÃES, 2007). Sobretudo ao visualizar que a promoção da alimentação adequada e saudável tem sido compreendida como um conjunto associado de estratégias que possam viabilizar individualmente e coletivamente a execução de práticas alimentares compatíveis com os aspectos biológicos e socioculturais, considerando que o alimento tem funções que transcendem a mera perspectiva de suprir necessidades biológicas. No conjunto de estratégias de saúde direcionadas à promoção da alimentação adequada e saudável, a EAN se notabiliza (BRASIL, 2012a).

SEGUNDO DESAFIO: CONSTRUÇÃO DE PRÁTICAS DE EAN COM PERSPECTIVA PEDAGÓGICA CRÍTICA, ÊNFASE INTERSETORIAL E ABORDAGEM INTERDISCIPLINAR

No cerne do debate sobre a SAN, a promoção da saúde e a promoção da alimentação saudável, a EAN tem se caracterizado como dimensão estratégica para a prevenção e controle dos problemas alimentares e nutricionais contemporâneos (BRASIL, 2012b). Na edição mais recente da Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN), consta que as ações de EAN devem ser integradas no âmbito das redes de atenção à saúde, com destaque para a APS, que deve ser ordenadora dessas (BRASIL, 2012a).

Porém, a EAN desde sua origem tem sido concebida mediante métodos verticais e autoritários, centrada em um referencial prescritivo e biologicista, sem investir no diálogo, na autonomia e na abordagem dos aspectos

socioculturais que permeiam as práticas alimentares e os contextos locais (BOOG, 1997; CRUZ; MELO NETO, 2014).

Tais enfoques acarretam dispêndio de tempo e de recursos, com intervenções pouco efetivas, assim, o grande desafio para as iniciativas em EAN consiste na verdadeira busca por escutar e compreender as pessoas, conhecendo suas circunstâncias e dificuldades, tal como suas ideias e possíveis estratégias de superação (RESTREPO, 2005). Por esse ângulo, considera-se a EAN como um processo dinamizador de conhecimentos que sejam mobilizadores de estilos de vida saudáveis e, mais do que isso, de protagonismos individuais e coletivos na construção de estratégias de enfrentamento dos condicionantes e determinantes sociais de saúde para se alcançar uma alimentação adequada e saudável.

À esse respeito, os documentos analisados apontam caminhos e possibilidades para potencializar a EAN como essa estratégia promotora da saúde e da SAN. Destaca-se a ênfase que tais materiais detêm sobre a necessidade de que as práticas de EAN não limitem-se as tradicionais “palestras” de transmissão de conhecimentos e de conteúdos técnicos, mas que possam efetivamente constituir espaços sociais de diálogo para a elaboração e a negociação coletiva de estratégias que viabilizem melhores práticas para a promoção da saúde, com ênfase na qualidade de vida e no autocuidado (BOOG, 2013; BRASIL, 2012b; RESTREPO, 2005).

Na perspectiva do Marco de Referência de EAN para as Políticas Públicas (BRASIL, 2012b), a EAN, realizada no contexto do DHAA e da SAN, constitui:

[...] campo de conhecimento e de prática contínua e permanente, transdisciplinar, intersetorial e multiprofissional que visa promover a prática autônoma e voluntária de hábitos alimentares saudáveis. A prática da EAN deve fazer uso de abordagens e recursos educacionais problematizadores e ativos que favoreçam o diálogo junto a indivíduos e grupos populacionais, considerando todas as fases do curso da vida, etapas do sistema alimentar e as interações e significados que compõem o comportamento alimentar (BRASIL, 2012b, p. 23).

Como fundamenta Boog (2013), a EAN consiste em um processo que deve buscar conscientizar e libertar, fortalecendo a autonomia dos sujeitos,

mediante a aproximação com a realidade cotidiana das pessoas para estimular e viabilizar transformações.

No entanto, constitui um limite dos documentos analisados o fato de apontarem para a necessária afirmação estratégica da EAN, ao tempo em que não explicitam claramente que, para tanto, faz-se necessário o desenvolvimento de um pensamento crítico por parte dos agentes responsáveis pelas iniciativas de EAN, na ampliação da reflexão a respeito de tais ações de modo que essas estejam alinhadas na construção de caminhos emancipatórios (CARVALHO et al., 2016).

Em vista disso, é preciso que as políticas e as diretrizes em SAN na APS enfatizem o desafio de se priorizar a formação de profissionais para uma atuação em alimentação e nutrição coerente com um olhar crítico e problematizador sobre a realidade e que possam, portanto, desenvolver práticas educativas que não apenas transmitam conhecimentos, mas que acima de tudo discutam com as pessoas as possibilidades concretas de uma inserção qualificada da dimensão alimentar e nutricional no contexto da construção de bases para uma vida com qualidade (CRUZ, 2020). Corroborando com o que dizem Cruz e Melo Neto (2014), os documentos de SAN avançam em afirmar uma concepção crítica de EAN, contudo têm ainda lacunas em apontar como os profissionais poderão desenvolvê-las na prática.

Como o processo educativo em nutrição se dá a partir de uma relação entre indivíduos – diálogo de saberes –, é preciso investir em elementos formativos dos profissionais, com vistas a articular diferentes áreas de conhecimento, metodologias e estratégias; como o caso das Ciências Humanas e Sociais, além de referenciais teóricos e metodológicos do campo da Educação e Pedagogia (BRASIL, 2012b; BOOG, 2013).

Assim, apesar dos muitos avanços apresentados pelos documentos em SAN e em EAN das últimas décadas, é preciso ampliar o debate a respeito das possibilidades, dos desafios e dos aspectos práticos das ações em EAN (BRASIL, 2012b). Variadas publicações voltadas à Promoção da Saúde e ao SUS – não restritas à questão alimentar e nutricional (BRASIL, 2012a; 2012b; 2014a; 2015b; 2015c; 2016a; 2016b; CAISAN, 2014) evidenciaram dimensões

primordiais para a concepção de um processo educativo crítico, com base na pedagogia dialógica e problematizadora sistematizada na obra do educador Paulo Freire – conhecida como Educação Popular –, especificamente referindo-se à importância do diálogo horizontalizado, à problematização da realidade, à conscientização, ao fortalecimento da autonomia, à valorização da cultura e das distintas formas de saber, à construção compartilhada de conhecimentos, dentre outras.

Tal fato ganhou força a partir da publicação da Política Nacional de Educação Popular em Saúde no SUS (BRASIL, 2012c), do Marco de Referência da Educação Popular para as Políticas Públicas (BRASIL, 2014b) e da publicação do I (BRASIL, 2007) e do II Caderno de Educação Popular e Saúde (BRASIL, 2014c). Advento que tem sido evidenciado em diferentes publicações, como por exemplo em Cruz (2015), Cruz et al. (2014) e Cruz e Melo Neto (2014).

Assim, entende-se que existe certa lacuna no que tange a uma articulação e integração entre o debate educativo crítico em saúde (que avançou com políticas como as citadas anteriormente) e a discussão atinente à promoção e ao desenvolvimento da EAN, sobretudo no que tange a metodologias, práticas e experiências que concretamente desenvolvam uma perspectiva crítica no contexto de ações na APS.

Vale destacar que iniciativas como o Marco de Referência de EAN constituem importante contribuição nesse sentido, especialmente ao pautar o desafio de estruturação da Ciência da Nutrição em uma perspectiva que consiga lidar com as implicações multidimensionais das práticas alimentares, ponderando que nos cursos de nutrição ainda permanece uma vigorosa inclinação para dimensões clínicas e epidemiológicas da atenção à saúde (AMPARO-SANTOS, 2013).

Ainda assim, apresenta-se como desafio, que iniciativas como essa transcendam o discurso e rumem para a afirmação de aspectos práticos do “como fazer” EAN de modo crítico e emancipador no contexto dos territórios da APS.

TERCEIRO DESAFIO: CONSTITUIR ABORDAGENS DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL COERENTES COM UM OLHAR AMPLIADO SOBRE A ALIMENTAÇÃO, A NUTRIÇÃO E SUAS INTERFACES SOCIAIS, COM ÊNFASE INTERSETORIAL E ABORDAGEM INTERDISCIPLINAR

A alimentação é uma prática social que congrega dimensões biológicas, socioculturais, ambientais e econômicas, por isso, no desenvolvimento de ações em alimentação e nutrição, é necessário a utilização de uma abordagem ampliada e articulada para o reconhecimento das práticas alimentares como resultado da disponibilidade e acesso aos alimentos, considerando a alimentação como algo que envolve diferentes formas de comportamentos, práticas e atitudes, as quais influenciam diretamente nas escolhas, preferências, modos de preparação e consumo. Por essa abrangência, é essencial reconhecer que diversos profissionais podem e devem apoiar e possivelmente conduzir atividades de EAN (BRASIL, 2012b).

A EAN faz parte do currículo mínimo obrigatório da graduação em nutrição (enquanto disciplina e campo de prática), sendo também adotada como linha de pesquisa em alguns Programas de Pós-Graduação e em atividades de extensão universitária. Não obstante, essa é uma área intersetorial e multidisciplinar, por isso profissionais distintos podem e devem integrar as ações em EAN e terem acesso a programas de formação e educação permanente (BRASIL, 2012b). Na PNAN é ressaltado que a formação em saúde (principalmente na área de nutrição), deve estar sintonizada com as demandas sociais atuais sobre nutrição, bem como com os princípios do SUS e da PNAN (BRASIL, 2012a).

Por outro lado, embora conste nas atribuições obrigatórias do nutricionista atuante na APS o desenvolvimento de ações de EAN (CFN, 2005), é necessário elucidar que desenvolver atividades educativas que abordem a temática da alimentação de forma abrangente, com vistas a promover a saúde e a alimentação adequada e saudável é uma atribuição obrigatória e não exclusiva do nutricionista.

Cruz (2015) assinala que, particularmente as práticas de EAN no âmbito comunitário foram, desde a década de 1970, protagonizadas por diferentes

profissionais de saúde, como também por lideranças comunitárias e educadores populares, os quais, sem invadir as atribuições e responsabilidades profissionais do nutricionista, contribuíram fortemente para o desenvolvimento e consolidação do campo da EAN na APS, justamente por estarem dedicados a mobilizar, desenvolver e aprimorar esforços sociais, culturais, formativos e políticos compromissados com a promoção da alimentação saudável e com o enfrentamento da fome, da pobreza, da miséria e de suas raízes estruturais. Os processos de experiências pautadas pela Educação Popular, como o “Movimento Popular de Saúde”, o “Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra” e, mais recentemente, iniciativas institucionais de extensão universitária têm revelado isso (CRUZ, 2015; CRUZ et al., 2014).

Mesmo tendo tais atributos e por apresentar uma formação específica para lidar com temas relativos à alimentação e nutrição, essa não pode ser uma atribuição restrita do nutricionista, pois a implementação de ações em SAN demanda transversalidade e interdisciplinaridade, sendo necessário, portanto, refletir sobre o papel dos outros profissionais da APS mediante as intervenções nessa área.

Esse fato requer dos profissionais da nutrição uma reflexão sobre sua função enquanto agentes desse cenário e pela sua inserção e centralidade na APS – o que em alguns municípios ocorre a partir do Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF). Entretanto, apesar dos nutricionistas estarem incluídos em algumas equipes do NASF, esses nem sempre têm sido referidos como apoio efetivo para a realização de ações educativas em nutrição. Entre as problemáticas observadas em relação ao NASF, são destacadas questões como o grande número de Unidades de Saúde que os profissionais são responsáveis, a alta rotatividade dos profissionais e a ênfase na atuação administrativa/gerencial em detrimento da realização de outras atividades (VASCONCELOS; MAGALHÃES, 2016).

À esse respeito, é importante atentar que a inserção de tais profissionais, bem como a respectiva organização de frentes de trabalho, estão diretamente submetidas a gestão municipal – dependendo de sua perspectiva

de atuação e opção político-partidária –, o que pode não ocorrer em acordo com os princípios do SUS e com as circunstâncias demográficas e epidemiológicas dos territórios (MEDEIROS, 2011).

Ademais, sublinha-se que no campo das estratégias para as ações de promoção da saúde, figura na PNPS o estímulo a uma “atitude permanente de aprendizagem sustentada em processos pedagógicos problematizadores, dialógicos, libertadores, emancipatórios e críticos” (BRASIL, 2015b, p. 15). Já a PNAN aponta que:

O desenvolvimento de habilidades pessoais em alimentação e nutrição implica pensar a educação alimentar e nutricional como processo de diálogo entre profissionais de saúde e a população, de fundamental importância para o exercício da autonomia e do autocuidado. Isso pressupõe, sobretudo, trabalhar com práticas referenciadas na realidade local, problematizadoras e construtivistas, considerando-se os contrastes e as desigualdades sociais que interferem no direito universal à alimentação. Para isso, constitui-se prioridade a elaboração e pactuação de agenda integrada – intra e intersetorial – de educação alimentar e nutricional para o desenvolvimento de capacidades individuais e coletivas com os diversos setores afetos ao tema (BRASIL, 2012a, p. 33).

Conquanto, em circunstâncias que a EAN for considerada um recurso terapêutico – envolvendo pessoas ou grupos acometidos por alguma patologia ou agravamento, dentro de um processo de cuidado e cura –, essas ações devem ter um profissional responsável com formação técnica apropriada e habilitada em EAN, respeitando as especificidades que regulam as diferentes profissões (BRASIL, 2012b).

Conforme pode ser observado a partir da análise de diversos documentos referentes a ações governamentais e políticas públicas (BRASIL, 2011; 2012a; 2012b; 2014a; 2016a; 2016b; CAISAN, 2014) a EAN vem estabelecendo-se como um campo de prática que pode e deve envolver nutricionistas e outros profissionais para a efetiva realização de ações. Essa ênfase, na ampliação da responsabilidade para outros profissionais pelas atividades de EAN, ganha respaldo a partir da nova edição da PNAN (BRASIL, 2012a) e da publicação do Marco de Referência de EAN (BRASIL, 2012b) e se fortalece ainda mais com a publicação de outros materiais (BRASIL, 2016a; 2016b).

É possível supor que esse processo deve-se tanto pela necessidade de potencializar e visibilizar as experiências realizadas nos distintos campos de prática, quanto pelo ainda incipiente desenvolvimento, por parte de nutricionistas, de ações acessíveis e adequadas às demandas da área (CERVATO-MANCUSO; VINCHA; SANTIAGO, 2016). Ressalta-se que a parceria dos profissionais de outros campos do conhecimento com os nutricionistas, no planejamento e implementação de atividades, tende a fortalecer os aspectos técnico-pedagógicos das iniciativas.

Nessa direção, destaca-se que diversificadas estratégias podem ser desenvolvidas para a qualificação das ações em nutrição, principalmente numa perspectiva interdisciplinar e intersetorial. Dentre as possibilidades voltadas à sensibilização e apoio na capacitação de atores para trabalhar com a temática da alimentação e nutrição, citamos algumas experiências já desenvolvidas, tais como: curso formativo para agentes comunitários de saúde no contexto do Programa Bolsa Família (CARNEIRO et al., 2010); oficina educativa envolvendo profissionais da APS e atores de outros setores (escolas e comunidade), para promoção da alimentação saudável, com ênfase na culinária (CASTRO et al., 2007); dentre outras iniciativas (CRUZ et al., 2014).

REFERENCIAIS PERTINENTES PARA QUE SE CONSOLIDEM E APRIMOREM OS PROCESSOS EDUCATIVOS EM ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO NA APS

Nos últimos anos, o avanço das políticas públicas no campo da alimentação e nutrição têm se destacado como componente articulador de empreendimentos sociais e educacionais voltados para o combate à fome, à pobreza e à miséria. Intensificando-se ações institucionais articuladas de vários ministérios e setores sociais na construção coletiva de concepções à respeito da SAN, com base na participação ativa e representativa de diversos segmentos sociais, buscando compreender e valorizar as diferentes percepções envolvidas no fenômeno da alimentação em suas distintas realidades socioeconômicas e culturais (BURLANDY et al., 2016).

Nesse conjunto de iniciativas, cumpre referir a revisão da PNAN, direcionada à impulsionar a mobilização de esforços para a qualificação das ações de alimentação e nutrição em todo território brasileiro, no sentido de alinhar forças no enfrentamento das questões relativas à transição nutricional e epidemiológica, conforme os arranjos atuais das políticas públicas da área da saúde e da SAN e com a consolidação e destaque da APS como um cenário-chave (BRASIL, 2012a).

Os avanços no debate da EAN culminaram com a publicação do Marco de Referência de EAN para as políticas públicas, o qual aponta os seguintes princípios: 1) Sustentabilidade social, ambiental e econômica; 2) Abordagem do sistema alimentar na sua integralidade; 3) Valorização da cultura alimentar local e respeito à diversidade de opiniões e perspectivas, considerando a legitimidade dos saberes de diferentes naturezas; 4) A comida e o alimento como referências – valorizando a culinária enquanto prática emancipatória; 5) A promoção do autocuidado e da autonomia; 6) A educação enquanto processo permanente e gerador de autonomia e participação ativa e informada dos sujeitos; 7) A diversidade nos cenários de prática; 8) Intersectorialidade; 9) Planejamento, avaliação e monitoramento das ações (BRASIL, 2012b).

Vale destacar a importância desse Marco, construído de forma amplamente participativa, que propõe-se a elucidar conceitos, princípios, eixos e diretrizes, contribuindo no planejamento e implementação de ações educativas mais inclusivas, dialógicas e problematizadoras (AMPARO-SANTOS, 2013; BRASIL, 2012b; CERVATO-MANCUSO; VINCHA; SANTIAGO, 2016) delineando um terreno fértil e comum para a reflexão e reorientação dos processos educativos, com o intuito de fortalecer o entendimento pela sociedade das práticas alimentares saudáveis como um valor social (BRASIL, 2012b).

Merece destaque também o Guia Alimentar para a População Brasileira (GAPB) – que traz uma perspectiva abrangente da alimentação e da saúde, envolvendo em interface elementos e eixos como cultura e sociedade, considerando não somente os nutrientes, mas os alimentos e as suas possíveis combinações, além da valorização das refeições e das dimensões sociais e

culturais que envolvem as práticas alimentares (BRASIL, 2014a). Em relação à publicação anterior, no caso o GAPB (BRASIL, 2006b), esse traz uma reorientação de concepção, evitando a imposição de regras, normas e padrões alimentares de forma tecnicamente prescritas às pessoas, valorizando a autonomia dos indivíduos e grupos para a escolha de alimentos saudáveis, de maneira respeitosa e articulada à sua cultura e aos seus processos sociais (BRASIL, 2014a).

Considerando o referencial da alimentação como prática social, além do GAPB, é importante evidenciar algumas outras publicações. O Instrutivo: metodologia de trabalho em grupos para ações de alimentação e nutrição na Atenção Básica (BRASIL, 2016a), que visa auxiliar os profissionais da APS na realização de atividades para a promoção da alimentação saudável a partir de estratégias educativas de cunho reflexivo, crítico e problematizador. Bem como a publicação intitulada Desmistificando dúvidas sobre alimentação e nutrição: um material de apoio para profissionais de saúde (BRASIL, 2016b) – que traz esclarecimento de possíveis dúvidas, recomendações e debates constantemente noticiados pela mídia, com o propósito de contribuir para o desvelamento de questionamentos a partir de um arcabouço teórico-científico validado, coerente e respeitoso das distintas realidades, condições sociais e culturais, almejando potencializar as ações de EAN.

O material Alimentos Regionais Brasileiros (BRASIL, 2015c), que busca estimular a curiosidade da população para a ampla variedade de alimentos das distintas regiões, imprimindo, ao mesmo tempo, difusão e visibilidade à diversidade cultural do país, que também pode expressar-se em hábitos saudáveis para a população, valorizando-se a comida como patrimônio e dimensão potente da soberania alimentar.

Há também o livro de receitas “Na cozinha com as frutas, legumes e verduras” (BRASIL, 2016c), que constitui estratégia de apoio e estímulo a práticas alimentares saudáveis, a partir do consumo de frutas, legumes e verduras. Além do mais, também foi elaborado pelo Ministério da Saúde, o Marco de Referência da Vigilância Alimentar e Nutricional na Atenção Básica (BRASIL, 2015d) – o qual objetiva apoiar os profissionais e gestores da APS na

organização das ações de vigilância alimentar e nutricional, a partir da identificação, definição e esclarecimento dos conceitos e das metodologias utilizadas no âmbito da vigilância alimentar e nutricional.

Ademais de uma outra publicação Orientações para avaliação de marcadores de consumo alimentar na Atenção Básica (BRASIL, 2016d), que apresenta possibilidades para a avaliação do consumo alimentar da população assistida pela APS, por todos os profissionais da equipe, com vistas à referenciar a coleta de dados e a produção de indicadores que subsidiem a formulação e planejamento de políticas e ações governamentais adequadas para a realidade local.

Esses materiais, além de reafirmarem as questões postas pelo debate atual, envolvendo a alimentação e nutrição, contribuem para o fortalecimento da EAN como dinamizadora de ações nos serviços de saúde. Nessa direção, reafirma-se o papel da APS como uma instância importante para a construção efetiva de processos educativos em alimentação e nutrição, bem como para o desenvolvimento de iniciativas que fomentem a SAN da população (VASCONCELOS; MAGALHÃES, 2016).

Na área das ações governamentais, no Plano de Ações Estratégicas para o Enfrentamento das DCNT no Brasil, 2011-2022 (BRASIL, 2011), em seu eixo de promoção da saúde, figura dentre as principais ações o estabelecimento de iniciativas que visem ampliar e fortalecer uma alimentação saudável; com destaque para o papel da APS, que é enfatizado como espaço potente para o combate e tratamento das DCNT. Para tanto, são listadas um conjunto de estratégias, dentre as quais destaca-se a articulação de ações de capacitação e de educação permanente dos profissionais de saúde, com foco na promoção da alimentação saudável e a elaboração e implementação de programas de EAN, articulando diferentes setores da sociedade.

Soma-se a esse Plano, a Estratégia Intersetorial de Prevenção e Controle da Obesidade (CAISAN, 2014), que tem por objetivo a prevenção e o controle da obesidade por meio de ações intersetoriais, promovendo a alimentação adequada e saudável e a prática de atividade física. Assim, são elencados seis eixos de atuação para sua efetividade: 1) Disponibilidade e

acesso à alimentos adequados e saudáveis; 2) Ações de educação, comunicação e informação; 3) Promoção de modos de vida saudáveis em ambientes específicos; 4) Vigilância Alimentar e Nutricional; 5) Atenção integral à saúde do indivíduo com sobrepeso/obesidade na rede de saúde e; 6) Regulação e controle da qualidade e inocuidade de alimentos.

No artigo três do Pacto Nacional para Alimentação Saudável (BRASIL, 2015e), consta entre um de seus eixos, o fomento à EAN nos serviços de saúde, de educação e de assistência social. Além disso, o Plano Nacional de SAN (PLANSAN) 2016-2019 assinala como um dos desafios a serem enfrentados nesse período, a promoção e proteção da alimentação adequada e saudável da população, com estratégias de EAN e medidas regulatórias, incluindo no leque de ações o fortalecimento de redes de apoio a ações intersetoriais de EAN em todo território nacional (CAISAN, 2016b).

Salienta-se que um dos pontos em comum assinalado por tais documentos e publicações apresentadas, consiste na dimensão da intersectorialidade, evidenciando que para os processos educativos serem realmente efetivos, faz-se necessário integrá-los a um conjunto de ações e iniciativas.

Não obstante, mesmo com tais progressos no campo das políticas públicas de nutrição, ainda é preciso envidar esforços na superação de aspectos relativos à latente situação de desigualdade social que assola o Brasil (CARVALHO et al., 2016). Além de que, apesar dos diversos avanços para o aprimoramento dessas ações, ainda persistem muitos obstáculos a serem superados para a efetiva implementação de abordagens em SAN no âmbito da APS (VASCONCELOS; MAGALHÃES, 2016).

Nesse sentido, ainda persiste uma distância entre os aspectos teórico-conceituais e os princípios orientadores das ações em SAN em relação às questões práticas e suas abordagens metodológicas. Uma lacuna entre teoria e prática é observada no campo das ações de SAN, nos termos estudados e fundamentados por Cruz e Melo Neto (2014).

Conforme expôs-se no presente tópico, vários documentos apresentam recomendações institucionais que apontam para as ações de EAN e de SAN

na APS. Contudo, é urgente abrir espaço para uma sistematização das experiências em curso em todo o território nacional, de modo que as recomendações oficiais possam dialogar com os desafios concretos encontrados no cotidiano dos serviços. Ademais, é necessário fortalecer os esforços de publicação em torno de ideias e de iniciativas que pautem os processos educativos e seu potencial como reorientador do cuidado em alimentação e nutrição na APS, sobretudo a partir da criação de espaços de encontro e diálogo, da construção de vínculo afeito entre sujeitos (trabalhadores e pessoas do território), favorecendo uma maior participação comunitária no âmbito de construção e implementação de ações e políticas que tratem da alimentação e nutrição.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao analisar as publicações institucionais em nível federal, observa-se a ênfase na APS como um espaço promissor para o enfrentamento do contexto de saúde contemporâneo, marcado pelas transições de perfil nutricional e epidemiológico, com vistas à promoção da alimentação adequada e saudável, na perspectiva da garantia da SAN e da realização do DHAA. Constata-se que a temática da EAN numa vertente crítica, embasada em teorias pedagógicas dialógicas e problematizadoras, vem sendo paulatinamente enfatizada no âmbito de diversas políticas públicas e ações governamentais do setor saúde.

Além da responsabilidade central do profissional da nutrição, reforça-se o papel-chave do engajamento e compromisso de todos os trabalhadores da APS na implementação de ações, através de um arcabouço compreensivo ampliado, alinhado com o atual debate sobre Promoção da Saúde e SAN, com ênfase nos processos interdisciplinares e intersetoriais.

Considerando a potencialidade dos processos de EAN, com vistas à promoção da alimentação adequada e saudável, deve-se fomentar iniciativas e estudos capazes de identificar de que forma esses processos vêm sendo implementados.

Ademais, faz-se necessário investir ainda mais na formação dos profissionais, seja na perspectiva da Educação Permanente para os que estão inseridos nos serviços, ou daqueles que ainda estão nas universidades, preparando-se para atuar em tal contexto, bem como dos que são cruciais no processo de formação: os docentes.

É preciso atentar para os avanços e desafios lançados pelas políticas públicas e ações governamentais atuais, efetivando a reorganização dos projetos político-pedagógicos dos cursos de saúde (principalmente de nutrição) e fortalecendo reflexões voltadas às estratégias que viabilizem a reorientação da formação em saúde – de um olhar centralmente tecnicista e biologicista, para uma abordagem crítica e abrangente, em constante diálogo com os variados campos da Ciência. Nessa esfera, destaca-se o papel das iniciativas de extensão universitária, sobretudo as experiências com enfoques críticos e comprometidas com o enfrentamento das desigualdades sociais.

Espera-se que o presente artigo possa contribuir com a reflexão acerca das práticas educativas em alimentação e nutrição na APS e de sua potencialidade para gerar processos de aprendizagem, de participação social e de construção de conhecimentos voltados à promoção da saúde e da alimentação saudável na ótica da integralidade, da SAN e do DHAA. Aliado a isso, estimular algumas reflexões capazes de ajudar a mobilizar o protagonismo de profissionais de saúde, gestores e usuários do SUS no aprimoramento e na consolidação dessa dimensão educativa no cotidiano dos vários serviços e espaços de cuidado do cenário da APS.

REFERÊNCIAS

AMPARO-SANTOS, Lígia. Avanços e desdobramentos do marco de referência da educação alimentar e nutricional para políticas públicas no âmbito da universidade e para os aspectos culturais da alimentação. **Revista de Nutrição**, Campinas, v. 26, n. 5, p. 595-600, set./out. 2013.

_____. Educação alimentar e nutricional no contexto da promoção de práticas alimentares saudáveis. **Revista de Nutrição**, Campinas, v. 18, n. 5, p. 681-692, set./out. 2005.

BLOCH, Katia Vergetti et al. ERICA: prevalências de hipertensão arterial e obesidade em adolescentes brasileiros. **Rev. Saúde Pública**, São Paulo, v. 50, supl. 1, p. 1-13, 2016.

BOOG, Maria Cristina Faber. **Educação em nutrição: integrando experiências**. Campinas Komedi, 2013.

_____. Educação nutricional: passado, presente, futuro. **Revista de Nutrição**, Campinas, v. 10, n. 1, p. 5-19, jan./jun. 1997.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Relatório de gestão 2011 – 2014: Coordenação-Geral de Alimentação e Nutrição**. Brasília: Ministério da Saúde, 2018.

_____. Ministério da Saúde. Universidade Federal de Minas Gerais. **Instrutivo: metodologia de trabalho em grupos para ações de alimentação e nutrição na atenção básica**. Brasília: Ministério da Saúde, 2016a.

_____. Ministério da Saúde. Universidade Federal de Minas Gerais. **Desmistificando dúvidas sobre alimentação e nutrição: material de apoio para profissionais de saúde**. Brasília: Ministério da Saúde, 2016b.

_____. Ministério da Saúde. Universidade Federal de Minas Gerais. **Na cozinha com as frutas, legumes e verduras**. Brasília: Ministério da Saúde, 2016c.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Orientações para avaliação de marcadores de consumo alimentar na atenção básica**. 2. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2016d.

_____. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Saúde Suplementar. **Vigitel Brasil 2014**. Saúde Suplementar: vigilância de fatores de risco e proteção para doenças crônicas por inquérito telefônico. Brasília: Ministério da Saúde, 2015a.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância à Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. **Política nacional de promoção da saúde: PNPS: revisão da Portaria MS/GM nº 687, de 30 de março de 2006**. Brasília: Ministério da Saúde, 2015b.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Alimentos regionais brasileiros**. 2. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2015c.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Marco de referência da vigilância alimentar e nutricional na atenção básica**. Brasília: Ministério da Saúde, 2015d.

_____. Presidência da República. Decreto nº 8.553, de 3 de novembro de 2015. Institui o Pacto Nacional para Alimentação Saudável. **Diário Oficial da União**. 3 nov. 2015e. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Decreto/D8553.htm. Acesso em: 25 fev. 2019.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Guia alimentar para a população brasileira**. 2. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2014a.

_____. Secretaria Geral da Presidência da República. Secretaria Nacional de Articulação Social. Departamento de Educação Popular e Mobilização Cidadã. **Marco de Referência da Educação Popular para as Políticas Públicas**. Brasília: Secretaria Geral da Presidência da República, 2014b.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa. **II Caderno de educação popular em saúde**. Brasília: Ministério da Saúde, 2014c.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria e Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Política nacional de alimentação e nutrição**. Brasília: Ministério da Saúde, 2012a.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social (MDS). **Marco de referência de educação alimentar e nutricional para as políticas públicas**. Brasília: MDS, 2012b.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Comitê Nacional de Educação Popular em Saúde. **Política Nacional de Educação Popular em Saúde no Sistema Único de Saúde**. Brasília: Ministério da Saúde, 2012c.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Análise de Situação de Saúde. **Plano de ações estratégicas para o enfrentamento das doenças crônicas não transmissíveis (DCNT) no Brasil 2011-2022**. Brasília: Ministério da Saúde, 2011.

_____. Presidência da República. Decreto nº 7.272, de 25 de agosto de 2010. Regulamenta a Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, que cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN com vistas a assegurar o direito humano à alimentação adequada, institui a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - PNSAN, estabelece os parâmetros para a elaboração do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. 26 ago. 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7272.htm. Acesso em: 25 fev. 2019.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa. **Caderno de educação popular e saúde**. Brasília: Ministério da Saúde, 2007.

_____. Presidência da República. Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. 18 set. 2006a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11346.htm. Acesso em: 25 fev. 2019.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Guia alimentar para a população brasileira: promovendo a alimentação saudável**. 1. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2006b.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. Projeto Promoção da Saúde. **As Cartas da Promoção da Saúde**. Brasília: Ministério da Saúde, 2002.

BURLANDY, Luciene et al. International cooperation for food and nutrition security: Systematization of the participatory, contextualized, and intersectoral educational practices. **Rev. Nutr.**, Campinas, v. 29, n. 6, p. 929-946, nov./dez. 2016.

BUSS, Paulo Marchiori. Promoção da saúde e qualidade de vida. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, p. 163-177, 2000.

CÂMARA INTERMINISTERIAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL (CAISAN). **Mapeamento da Insegurança Alimentar e Nutricional com foco na Desnutrição a partir da análise do Cadastro Único e do SISVAN 2014**. Brasília: CAISAN, 2016a.

_____. **Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PLANSAN 2016-2019)**. Brasília: CAISAN, 2016b.

_____. **Estratégia Intersectorial de Prevenção e Controle da Obesidade: recomendações para estados e municípios**. Brasília: CAISAN, 2014.

CARNEIRO, Daniela Gomes de Brito et al. O agente comunitário de saúde e a promoção da segurança alimentar e nutricional na estratégia saúde da família: reflexões a partir de uma experiência educativa. **Rev. APS**, Juiz de Fora, v. 13, n. 4, p. 510-517, out./dez. 2010.

CARVALHO, Maria Cláudia da Veiga Soares et al. Pensamento crítico: a melhor ferramenta de educação alimentar e nutricional. **Revista de Nutrição**, Campinas, v. 29, n. 6, p. 751-752, nov./dez. 2016.

CASTRO, Inê Rugani Ribeiro de et al. A culinária na promoção da alimentação saudável: delineamento e experimentação de método educativo dirigido a adolescentes e a profissionais das redes de saúde e de educação. **Revista de Nutrição**, Campinas, v. 20, n. 6, p. 571-588, nov./dez. 2007.

CERVATO-MANCUSO, Ana Maria; VINCHA, Kellem Regina Rosendo; SANTIAGO, Débora Aparecida. Educação Alimentar e Nutricional como prática de intervenção: reflexão e possibilidades de fortalecimento. **Physis**, Rio de Janeiro, v. 26, n. 1, p. 225-249, 2016.

CONSELHO FEDERAL DE NUTRICIONISTAS (CFN). **Resolução CFN nº 380/2005**. Dispõe sobre a definição das áreas de atuação do nutricionista e suas atribuições, estabelece parâmetros numéricos de referência, por área de atuação, e dá outras providências. Brasília: CFN, 2005.

CRUZ, Pedro José Santos Carneiro. O agir crítico em nutrição na atenção primária à saúde e suas potencialidades à luz da concepção da educação popular. **Ciênc. educ. (Bauru)**, Bauru, v. 26, e20036, 2020. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1516-731320200036>. Acesso em: 06 out. 2020.

_____. **Agir crítico em nutrição: uma construção pela educação popular**. 2015. 513 f. Tese (Doutorado em Educação) – Centro de Educação, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2015.

_____ et al. (Org.). **Educação popular e nutrição social: reflexões e vivências com base em uma experiência**. João Pessoa: UFPB, 2014.

_____; MELO NETO, José Francisco de. Educação popular e nutrição social: considerações teóricas sobre um diálogo possível. **Interface**, Botucatu, v. 18, n. 2, p. 1365-1376, 2014.

DANTAS, Maria Beatriz Pragana. Práticas educativas na Atenção Básica à Saúde: sujeito, diálogo e intersubjetividade. In: CRUZ, Pedro José Santos Carneiro et al. (Org.). **Educação popular e nutrição social: reflexões e vivências com base em uma experiência**. João Pessoa: UFPB, 2014. p. 415-441.

FERREIRA, Vanessa; MAGALHÃES, Rosana. Nutrição e promoção da saúde: perspectivas atuais. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 7, p. 1674-1681, jul. 2007.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS (FAO). WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). **Rome Declaration on Nutrition**. Why it matters & what can be done. Second International Conference on Nutrition (ICN2). Rome: FAO; WHO, 2014. Disponível em: <http://www.fao.org/3/a-ml542e.pdf>. Acesso em: 20 out. 2020.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

JAIME, Patrícia Constante et al. Um olhar sobre a agenda de alimentação e nutrição nos trinta anos do Sistema Único de Saúde. **Ciênc. Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 6, p. 1829-1836, jun. 2018.

MAGALHÃES, Maria de Lourdes Benevides et al. “É assim, com vergonha de sair com ele”: percepções de mães de crianças desnutridas, em um meio socialmente desfavorecido. **Demetra**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 4, p. 917-931, 2016.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MEDEIROS, Maria Angélica Tavares de. Desafios do Campo da Alimentação e Nutrição na Atenção Básica. In: DIEZ-GARCIA, Rosa Wanda; CERVATO-MANCUSO, Ana Maria. (Org.). **Mudanças alimentares e educação nutricional**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2011. p. 173-180.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 12. ed. São Paulo: Hucitec, 2010.

RESTREPO, Sandra Lucia. La promoción de la salud y sus aportes a la educación en alimentación y nutrición. **Invest Educ Enferm**, Medellín, v. 23, n. 1, p. 110-117, mar. 2005.

REVISTA IDEIAS NA MESA. Um passeio pela nossa rede de experiências. Brasília: Universidade de Brasília, n. 8, 2016. Disponível em: https://issuu.com/ideiasnamesa/docs/revistaideiasnamesa8_duplas. Acesso em: 06 out. 2020.

SANTOS, Taíse Gama dos et al. Tendência e fatores associados à insegurança alimentar no Brasil: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004, 2009 e 2013. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 34, n. 4, e00066917, 2018.

SUZART, André Souza; FERREIRA, Aldo Pacheco. Avaliação do Programa Bolsa Família (PBF) na segurança alimentar e nutricional das famílias beneficiadas, Vitória da Conquista, BA. **Interações**, Campo Grande, v. 19, n. 3, p. 585-595, set. 2018.

VASCONCELOS, Ana Claudia Cavalcanti Peixoto de; MAGALHÃES, Rosana. Práticas educativas em Segurança Alimentar e Nutricional: reflexões a partir da experiência da Estratégia Saúde da Família em João Pessoa, PB, Brasil. **Interface**, Botucatu, v. 20, n. 56, p. 99-110, 2016.

Recebido em: 13/03/2019

Aprovado em: 27/04/2020

